

Porque o não à representação

Muita gente que se sente candidato, e só estes, defende com unhas e dentes uma representação política para o Distrito Federal. Esta coluna tem-se colocado contrária à tese, desde o primeiro ano da cidade.

Brasília foi criada numa prancheta para ser sede do Governo, com previsão para quinhentos mil habitantes no final do século. As vantagens de "dobradinha", de mordomia, de aparramento funcional e outras artificialidades do supérfluo, que enlevam a vida do funcionário, transformaram a cidade num pólo de atração do país inteiro, e hoje, no Brasil, não haverá cidade com a mesma disparidade de tanta miséria e tanto fausto convivendo harmonicamente.

A representação popular não iria pôr cobro nisso. Iria precisamente aumentar. A conta, naturalmente, seria enviada ao Erário, que afinal suporta tudo. Neste caso, teríamos aumentado apenas o indesejável, e a representação não teria condições de legislar, porque ninguém legisla no vermelho.

O orçamento do Distrito Federal é uma realidade financeira; a arrecadação é uma utopia. Só os assalariados pagam impostos nesta cidade. No comércio, é o balconista que pergunta se o comprador quer a nota fiscal. Ninguém dá de livre e espontânea vontade uma nota a um comprador. Ninguém quer dar recibo do dinheiro que recebe. Nas farmácias, padarias e restaurantes, as notas são dadas em cálculos de máquinas de somar, sem o efeito do registro para honrar o Fisco.

E a representação popular viria piorar esse estado de coisas.

Mas o orçamento trabalha no vermelho, com o Governo central dotando verbas para este ou aquele empreendimento. Para se ter uma idéia, o que o Distrito Federal arrecada em dois anos não daria para despoluir o lago com todas as obras que são necessárias.

Esta realidade, nem todo o mundo quer entender. Quando se fala em democracia, em contratação eleitoral do Distrito Federal, é em termos de falatório, somente. A Associação Comercial é o maior foco de agitação em favor das eleições para Brasília, mas não parte dela nenhuma campanha para que todos os comerciantes honrem o trabalho, dando recibo do que cobram.

Se não há dinheiro, não há como legislar. Não adiantaria em nada um deputado apresentar um projeto em benefício da invasão do CEUB, se não há dinheiro para construir casas para todo mundo. E seria nesse sentido, principalmente, que se voltaria a legislação no Distrito Federal.

Para se ter uma idéia, o Governo (agora, o outro lado) quis conseguir votos no Distrito Federal para computar noutros Estados. Em duas semanas abriu a invasão do Paranoá. Havia lá cinco mil pessoas vivendo miseravelmente. Hoje, há quase sessenta mil. Em duas semanas que o Governo fechou os olhos, foram construídos mais de vinte mil barracos. Veja que recorde de miséria.

Assim, o que o Distrito Federal precisa mesmo não é colocar deputados na Câmara e senadores no Senado. O que precisa é que todos os deputados e todos os senadores, que aqui restem, sejam os fiscais da administração central, do governador que é nomeado, para dar o verdadeiro sentido de que aqui moram, de que aqui educam seus filhos.

A democracia se exerce no comportamento de cidadão, e não somente na boca da urna. E nesse sentido Brasília tem tudo para ser uma bela capital sem as influências da má política, do empreguismo, da mordomia safada que nos leva aos caminhos difíceis de hoje em dia.

Não creio que ninguém queira que isso aumente.